

ANÁLISE DA ABORDAGEM NA IMPRENSA BRASILEIRA DO FENÔMENO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL (2010–2018)

Moacir José dos Santos*
Raphael Fernando de Toledo Sousa**

RESUMO: O Brasil é um país que se destaca pela desigualdade de renda e do acesso ao capital entre seus cidadãos. O objetivo do trabalho é analisar a abordagem da imprensa brasileira sobre as questões da desigualdade econômica no país. Metodologicamente o presente estudo se classifica como uma abordagem qualitativa, buscando analisar artigos publicados na imprensa nacional sobre o tema no período entre 2010 a 2018. Nota-se que a abordagem da desigualdade não se dá de maneira singular no Brasil, além de estar conectada ao cenário político nacional, destacando-se entre os principais veículos de comunicação uma abordagem econômica liberal e heterodoxa do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade; Imprensa brasileira; Renda do Capital; Trabalho.

ANALYSIS OF APPROACH BY BRAZILIAN PRESS ON THE PHENOMENON OF ECONOMIC INEQUALITY IN BRAZIL (2010–2018)

ABSTRACT: Brazil is notorious for its inequality in income and access to capital among its citizens. Current study analyzes the approach of the Brazilian press on the issues of the country's economic inequality. Through the quantitative method, articles published by the Brazilian press on the theme between 2010 and 2018 have been analyzed. Approach to inequality is produced in multiple ways and it is connected to the national political scenario with special reference to a liberal and heterodox approach to the theme in the main communication vectors.

KEYWORDS: Brazilian press; Inequality; Income of Capital; Labor.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta como característica histórica a desigualdade econômica. Tal condição reflete o desequilíbrio das relações entre capital e trabalho. E o próprio acesso ao capital apresenta diferenças significativas, pois o acesso pode se dar por herança, por participação acionária no capital corporativo, pelo controle dos meios de produção ou por remuneração elevada como ocorre com os altos executivos ou as estrelas do entretenimento (PIKETTY, 2014). A naturalização da desigualdade no país e suas diferentes formas têm como consequência a reprodução das estruturas econômicas e sociais responsáveis por gerar essa condição. Tal cenário pode ser constatado mediante a comparação das diferenças entre a riqueza produzida no país e as assimetrias econômicas e sociais presentes em todo o território nacional (POCHMANN, 2008). A investigação pertinente às condições produtoras de desigualdade no Brasil e do próprio debate sobre o tema podem favorecer a ampliação do conhecimento sobre o tema e consequentemente subsidiar políticas públicas mais adequadas ao enfrentamento das disparidades nacionais, especialmente com o privilegiar dos fatores históricos e espaciais relacionados à produção da desigualdade no Brasil.

* Doutor em História (UNESP). Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil. E-mail: professormoacirsantos@gmail.com

** Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e graduando em História na Universidade de Taubaté (UNITAU), Brasil.

O presente artigo busca apresentar os resultados de uma investigação realizada com o objetivo de analisar a abordagem da imprensa brasileira sobre a desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no país. Parte-se da premissa que a ampliação do debate público sobre a desigualdade de renda presente no país é estratégica para a mobilização da sociedade brasileira quanto ao enfrentamento das diferenças sociais e econômicas que comprometem o desenvolvimento do país, com a demanda de políticas públicas específicas. O modo como os principais veículos da imprensa nacional abordam a desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho define os parâmetros do debate público. Identificar e caracterizar como esse debate ocorre nos principais veículos da imprensa brasileira corresponde a compreensão de quais linhas de análise de desigualdade estão representadas no debate público não acadêmico. Tais linhas de análise se dividem predominantemente entre o desenvolvimentismo, o liberalismo, o neoliberalismo, a keynesiana e a marxista. A investigação possibilitou perceber quais linhas de análise estão representadas na imprensa nacional, com potencial para definir o debate público não acadêmico sobre a desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no país.

No Brasil, o Estado procurou liderar a modernização econômica e social mediante a atração do capital externo e a correspondente expansão do capital nacional no século XX. Porém, as consequências desse processo resultaram em crescimento econômico com a concentração funcional e espacial da renda e das oportunidades sociais. Esse cenário decorreu de um processo assentado na reduzida qualificação dos trabalhadores, com significativas diferenças entre renda do capital e a renda do trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2008). Combinou-se no país a elevação da riqueza mediante a expansão econômica com a geração de pobreza, o que implicou uma trajetória marcada por profundas assimetrias sociais e econômicas delineadoras da sociedade nacional. Além da introdução, o artigo conta com mais quatro sessões. A segunda é dedicada à caracterização da metodologia. A terceira apresenta os resultados e a sua respectiva

discussão. E a quarta é reservada às considerações finais.

2 METODOLOGIA

O método para o desenvolvimento da pesquisa pautou-se pela investigação documental. Foi realizada a análise dos periódicos da imprensa brasileira com circulação nacional, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *El País*, *Carta Capital* e dos principais colunistas e economistas com publicações nesses periódicos. Adota-se esse método em razão do objetivo do projeto: analisar em periódicos com circulação nacional as linhas de análise quanto aos fatores que provocam a desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no Brasil.

O recorte temporal para a seleção dos periódicos e artigos pertinentes ao objetivo da pesquisa se delimita ao período entre 2010 e 2018. Justifica-se o recorte em razão do debate sobre as políticas públicas de inclusão social promovidas pelo governo federal e as medidas efetivadas para o enfrentamento das consequências da crise econômica internacional em 2008 e 2009, especialmente quanto a permanência da desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no Brasil (GOMES DE SOUZA, 2019). Ressalta-se a ciência de que a política de inclusão social promovida pelo governo federal antecede o período analisado. O Programa Bolsa Família, por exemplo, foi implantado pelo governo federal a partir de 2003. Porém, para delimitar o período analisado optou-se por esse recorte, circunscrito ao debate realizado no período recente.

Após a seleção dos artigos se procederá a análise de conteúdo com a identificação do método de cada trabalho bem os pressupostos conceituais e as conclusões. O procedimento buscará identificar as linhas de análise subjacentes a cada artigo analisado, o que implicará na elaboração de um panorama metodológico conceitual sobre as pesquisas relacionadas à desigualdade de renda do capital e do trabalho no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

vez de autonomia, ela cria dependência (POCHMANN; SILVA, 2020).

A análise da abordagem da imprensa brasileira sobre a desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no país corresponde à verificação das diferenças e similaridades em relação ao debate acadêmico. Investigar como o tema é apresentado ao público não acadêmico permite compreender os parâmetros de sua caracterização para a sociedade. Observa-se que as constatações dos pesquisadores dedicados ao tema são repercutidas pela imprensa nacional, pois o Brasil é um dos países com a maior concentração de renda no mundo. “Quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, a maior concentração do tipo no mundo. É o que indica a Pesquisa Desigualdade Mundial 2018” (EL PAÍS, 2017). Denota-se que essa constatação é recorrente em estudos que utilizam metodologias distintas para medir a desigualdade econômica como aponta Souza (2014).

O explicitar do tema na imprensa nacional possibilita ampliar para o público não acadêmico o debate realizado por pesquisadores dedicados ao tema, especialmente quanto à persistência da desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no Brasil:

Após um período de crescimento com distribuição de renda e inclusão social, o Brasil experimentou dois anos de crescimento negativo do PIB (2015 e 2016), seguidos por outros dois com crescimento próximo de zero (2017 e 2018), além de uma Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos federais, uma reforma trabalhista com elevação da precarização do trabalho e redução de massa salarial e o maior volume de desempregados na história do país, desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como resultado, os avanços alcançados até 2014 foram rapidamente diluídos, evidenciando a fragilidade das políticas compensatórias como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, posto que, em

A constatação de Pochmann e Silva é contemplada nos periódicos analisados mediante a apresentação de dados econômicos que apontam para o Brasil como um país que se destaca por sua desigualdade. A partir daí, é possível encontrar diferentes pontos de vista e análises da causa associadas às possíveis soluções da desigualdade entre a renda do capital e a renda do trabalho no Brasil.

A desigualdade da renda no Brasil é explicitada para a sociedade brasileira quando se observam as manchetes dos veículos de comunicação da imprensa brasileira, entre elas se encontram: “Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico” (EL PAÍS, 2017); “A concentração de renda é maior do que se imaginava” (CARTA CAPITAL, 2016); “Grupo dos 10% mais ricos concentram 40,5% da renda no país” (FOLHA DE S. PAULO, 2016); “Fabricando desigualdade” (GLOBO.COM, 2014). A análise dos títulos das manchetes possibilita perceber que a imprensa brasileira apresenta as desigualdades do país, mas possui uma ampla e plural abordagem quando se trata das suas causas e das propostas para o seu enfrentamento.

Entre os colunistas dos meios de comunicação mais conhecidos está o economista Antônio Delfim Netto (1928), ex-ministro da Fazenda, Agricultura e do Planejamento e que pode ser considerado como um economista liberal com um posicionamento heterodoxo. Delfim é um dos colunistas da revista *Carta Capital* e possui uma grande quantidade de artigos e entrevistas concedidas a diversos veículos de comunicação. Para Delfim Netto, é necessário que haja crescimento econômico para se obter uma melhor distribuição da renda, para ele “distribuição e crescimento são dois lados da mesma moeda, todo o resto é lamentável enganação” (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Apesar disso, Delfim Netto acredita que a solução para o avanço econômico e a diminuição da desigualdade não se encontra em medidas como a redução ou auditoria dos juros da dívida pública. Na sua perspectiva essa

ação equivale a uma superficial reforma tributária, com a cobrança da “dívida das empresas” ou ainda na utilização das reservas internacionais, medidas apontadas por alguns economistas como a solução para o problema e criticadas por Delfim Netto. Para ele qualquer medida milagrosa não resolveria o problema e sim o agravaria, pois a solução estaria em medidas mais profundas como a reforma da previdência, da qual foi um dos pioneiros em sua defesa. Para o economista, a reforma da previdência propiciaria a longo prazo um alívio das contas públicas, possibilitando o atendimento de outras necessidades da população como saúde, educação, saneamento entre outros (VALOR ECONÔMICO, 2017).

Delfim Netto defende ainda que a desigualdade social pode ser diminuída a partir da intervenção do Estado na economia, que deve garantir a qualquer cidadão a “igualdade de oportunidades” por possibilitar que todos partam de um mesmo ponto, criticando, dessa maneira, os princípios da “meritocracia”, como ele explicou recentemente em um artigo para a *Folha de S. Paulo*:

Só uma sociedade reunida em torno de um Estado de direito Democrático forte e consensualmente construído para praticar políticas públicas que darão a todo cidadão, independentemente de sexo, classe, religião, etnia, cor etc., duas pernas e a mesma capacidade cognitiva para a partida na vida adulta. A “justiça social” é a igualdade na saída para a vida. Todos com os mesmos instrumentos! A chegada, essa sim, dependerá de cada um, de sua sorte, diligência e capacidade inovadora, inscritas no seu DNA (2019).

Além de Delfim Netto outra figura que possui destaque na imprensa é o economista Marcio Pochmann, ex-presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e professor da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), com pesquisa relevante dedicada às questões da desigualdade econômica e social do capital no Brasil. Com um posicionamento heterodoxo, aponta a desigualdade

social como “um dos mais terríveis problemas do Brasil e que nos coloca entre os dez países de pior distribuição de renda do planeta, em conjunto com países africanos muito pobres” (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Pochmann é um dos elos entre a pesquisa acadêmica sobre desigualdade no país, por publicar em periódicos da imprensa nacional, e também atuar como pesquisador. Nesse sentido, seus artigos na imprensa nacional divulgam para o público leigo uma avaliação associada ao desenvolvimentismo com diálogo com o keynesianismo.

Destaca-se a defesa de Pochmann de que uma das causas da desigualdade social no Brasil é a má distribuição tributária:

[...] os pobres e a classe média pagam muito mais tributos do que os ricos e super-ricos por uma razão muito simples: estes últimos vivem do lucro de suas empresas e dos dividendos que recebem das ações que possuem, e no país nada disso é taxado pelo IR (Imposto de Renda). Já para quem vive de salário, além de não haver escapatória, o pior é ter de pagar a mesma alíquota do super-rico, uma vez que a alíquota de quem ganha de cinco a 320 salários mínimos mensais é a mesma (27,5%) (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

Para Pochmann uma maneira de reduzir as desigualdades e injustiças sociais se encontra em uma ampla reforma tributária, que reformularia a cobrança de impostos sobre a renda e criaria taxas agressivas sobre as grandes fortunas, heranças e transmissão de bens, reduzindo dessa maneira os impostos sobre as classes que se encontram na base da sociedade e aumentando as taxas aos mais ricos. Outra medida apontada por Pochmann para a redução do problema está na utilização de uma pequena porcentagem das reservas internacionais. Essas reformas, segundo Pochmann, seriam mais efetivas que a própria reforma da previdência, já que essa reforma produziria resultados a longo prazo, sendo a miséria e a desigualdade crescente no Brasil uma questão emergencial (TV FOLHA, 2018).

A partir da visão desses dois economistas, que possuem suas concordâncias e divergências sobre as questões da desigualdade no Brasil, é possível reconhecer como a imprensa, de uma maneira geral, se posiciona ao tratar da desigualdade no Brasil. Tanto Delfim Netto quanto Pochmann criticam a lógica da “meritocracia” defendida por um modelo neoliberal, os dois acreditam na necessidade do Estado de fornecimento das ferramentas básicas (saúde, educação, segurança etc.) para a inclusão do indivíduo na sociedade e para a possibilidade da mobilidade social.

Apesar das semelhanças entre as opiniões dos dois economistas sobre a desigualdade, notam-se claras divergências quanto à solução do problema. Delfim Netto acredita que qualquer solução imediata ou a curto prazo é ilusória, por isso defende reformas mais complexas como a reforma da previdência, acreditando que é preciso “cortar” de alguns setores para que haja crescimento no futuro. Enquanto Pochmann acredita que é necessário estimular o crescimento da economia para que as medidas contra a desigualdade possam ser implantadas de maneira efetiva e propõe soluções que Delfim Netto critica enfaticamente, como a utilização das reservas internacionais para cobrir o déficit ou a taxação da herança e grandes fortunas. Para Delfim, essas medidas são ineficientes na solução para o desenvolvimento econômico e diminuição da má distribuição e desigualdade da renda no país.

Observa-se que o debate sobre disparidade de renda no Brasil e os conflitos distributivos não são recentes no país. No âmbito da pesquisa econômica as controvérsias se estabeleceram paralelamente aos desdobramentos da industrialização e urbanização do século XX:

A temática da distribuição de renda foi alvo de vívido debate no Brasil dos primeiros anos da década de 1970. A análise comparativa entre os dados do Censo de 1970 com os do Censo de 1960 revelou que a repartição da renda havia se tornado ainda mais regressiva ao longo da década. Por um lado, a “oficialidade”, dada a situação política

marcada pelo governo militar, precisava justificar a crescente concentração da renda e legitimar as políticas postas em prática pós-1964. Por outro lado, os críticos precisavam se posicionar sobre a situação econômica do país e os rumos que o capitalismo brasileiro poderia trilhar. Neste contexto, o debate ganhou contornos polarizados e o tema da distribuição de renda foi submetido a uma ampla controvérsia, tanto em sua dimensão teórica como em sua dimensão empírica (BARONE; BASTOS; MATTOS, 2018).

Assim, a ampliação do debate na imprensa contribui para a repercussão de um tema relacionado às assimetrias da sociedade brasileira, controverso entre os próprios pesquisadores. Os veículos da imprensa que mais se destacam quanto à exposição da desigualdade social no Brasil são a *Folha de S. Paulo* e *Carta Capital*. Ambos os veículos possuem um amplo banco de dados sobre a desigualdade, que engloba discussões e debates sobre a questão, não se resumindo a uma única visão e posicionamento. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, possibilita que economistas ortodoxos e heterodoxos discutam mediante seus artigos de opinião as melhores soluções para a desigualdade, o que propicia ao leitor uma visão mais ampla sobre a questão. Já a revista *Carta Capital* atribui um maior espaço para os economistas heterodoxos, que mesmo discordando das soluções sobre o problema, concordam quanto à sua gravidade.

A avaliação sobre esses veículos de comunicação e outros como *El País*, *Veja*, *G1* e *Gazeta do Povo*, possibilita realizar algumas considerações. Os veículos possuem uma quantidade significativa de artigos apontando as questões da desigualdade no Brasil e apesar de no geral não acolherem apenas uma opinião sobre o assunto, é possível notar uma tendência nesses veículos de optarem por colunistas ou entrevistados com um posicionamento econômico heterodoxo, que levam em conta principalmente os aspectos sociais da desigualdade, fazendo duras críticas aos ideais da meritocracia e ao modelo neoliberal de economia. As discussões sobre a desigualdade social no Brasil

não se limitam aos economistas. Diversos veículos de comunicação publicam matérias jornalísticas sobre a desigualdade brasileira, como no artigo do jornalista e escritor Luiz Ruffato acerca dos problemas sociais causados pela desigualdade da renda no campo da educação, saúde e moradia. Nesse artigo de opinião Ruffato aponta:

Embora não haja dados precisos, estima-se que apenas 46.000 pessoas sejam donas da metade das propriedades rurais do país. Enquanto isso, segundo dados do Incra, 4,8 milhões de famílias permanecem sem terra para trabalhar. Dos 400 milhões de hectares titulados, somente 60 milhões (15% do total) são utilizados, e, conforme o IBGE, os pequenos proprietários, donos de áreas com menos de 100 hectares, são responsáveis por 80% da produção de alimentos e 80% da contratação de mão de obra (EL PAÍS, 2015).

A atitude do escritor e jornalista Luiz Ruffato de denunciar e se indignar com as injustiças causadas pela desigualdade econômica e social não é uma atitude incomum entre muitos jornalistas. Em uma ferramenta de busca na *Internet*, é possível ter acesso a mais de 6 milhões de páginas *on-line* relacionadas ao tema. O que mais chama a atenção é que é possível rapidamente encontrar uma grande quantidade de artigos publicados em *sites* de jornais e revistas, escritos por jornalistas, economistas, sociólogos. Todos eles abordando um tema em comum e que se encontra no cerne da sociedade brasileira, a desigualdade social, diretamente relacionada com a má distribuição da renda no país.

Após a discussão geral sobre o posicionamento da imprensa nacional em relação às denúncias sobre os evidentes problemas da desigualdade, é necessário compreender o posicionamento político e econômico específico dos principais veículos de comunicação aqui citados, a partir da análise de seus projetos e posicionamento editoriais. O jornal *O Estado de S. Paulo* é um dos jornais de maior circulação do país. Popularmente conhecido como *Estadão*, expõe alguns

de seus posicionamentos políticos e econômicos em seu “Código de Ética” publicado na página *on-line* do jornal. O grupo editorial afirma defender “o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo” (ESTADO DE S. PAULO). O grupo também esclarece que “defende a prioridade do Direito sobre a força e a prioridade da ordem social sobre a anarquia em quaisquer de suas manifestações” (ESTADO DE S. PAULO). Dessa forma, é possível definir *O Estado de S. Paulo* como defensor uma economia liberal.

Outra forma de se ter acesso ao posicionamento do veículo *O Estado de S. Paulo* é através da seção “Notas e Informações”, com os editoriais do grupo, tradicionalmente caracterizados por uma posição liberal quanto à economia e conservadora em relação à política. Em seus editoriais, *O Estado de S. Paulo* define a desigualdade como “uma das mais perversas mazelas nacionais” (2016), e não poupa esforços ao fazer duras críticas aos governos do PT, argumentando que no período as desigualdades no Brasil continuaram crescendo. Em um editorial de 2017, o jornal evidencia os resultados de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “que revelou ter havido uma **interrupção do processo de redução da vulnerabilidade social** no período de 2011 e 2015, os cinco anos completos que a sra. Dilma Rousseff ocupou a presidência da república” (ESTADO DE S. PAULO, 2017, grifo nosso).

Além disso, *O Estado de S. Paulo*, faz suas críticas àquilo que denomina como assistencialismo como uma forma de redução das desigualdades no país. Em um artigo de 2016, o jornal aponta que o “Bolsa Família”, referência dos governos petistas, não bastou para solucionar os problemas da desigualdade. O jornal também aponta aquilo que seria uma efetiva solução para o problema:

Políticas assistencialistas podem cumprir o seu papel de prover as necessidades imediatas dos desvalidos e, circunstancialmente, incluir mais cidadãos no ciclo de consumo. Mas

para que haja uma sustentável redução das discrepâncias entre as classes sociais e para que o Brasil se transforme positiva e duradouramente, há que se investir, primordialmente, em educação (ESTADO DE S. PAULO, 2016).

Dessa maneira, pode-se concluir que o *Estado de S. Paulo* acredita que o assistencialismo do Estado deve apenas prover aquilo que é imediato à parcela mais vulnerável da sociedade, mas devem ser medidas adotadas por períodos definidos e com objetivos traçados para que, após um período, se tornem desnecessárias para aquela população. Em um cenário ideal os assistidos voltariam ao ciclo de consumo, além de terem o acesso à educação, o que possibilitará a mobilidade social dos mais vulneráveis.

Outro posicionamento avaliado é o do jornal *Folha de S. Paulo*, há três décadas o jornal de maior circulação no país (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Como meio de esclarecer aos leitores seu posicionamento, a *Folha* publicou em 2018 um artigo em que se posiciona diante de diversas questões consideradas polêmicas para uma sociedade conservadora, artigo denominado de “O que a *Folha* pensa” (FOLHA DE S. PAULO, 2018). Nesse mesmo artigo, a *Folha de S. Paulo* classifica como princípio inegociável um posicionamento a respeito das desigualdades, tal como: “As liberdades democráticas e o Estado de Direito serão sempre defendidos; com eles devem conviver a economia de mercado e a **ação do poder público na correção de desequilíbrios e desigualdades**” (FOLHA DE S. PAULO, 2018, grifo nosso).

Mesmo com um viés econômico liberal, a *Folha de S. Paulo* não é contrária à intervenção do Estado na economia para a correção das desigualdades. Nesse mesmo artigo, no tópico da “Desigualdade Social”, o jornal elogia programas de assistência social como o Bolsa Família e suas contrapartidas, como a frequência escolar e o incentivo aos cuidados preventivos quanto à saúde.

A análise dos editoriais da *Folha* possibilita ter mais clareza sobre como o veículo se posiciona em

relação à desigualdade econômica e social no país. Em um artigo de julho de 2018, a *Folha de S. Paulo* aponta quais seriam as diretrizes para um Estado mais justo e eficiente, entre elas destaca-se: simplificação de tributos sobre bens e serviços; taxaçoão mais progressiva da renda e patrimônio; negociação de estatais; eliminação de privilégios do funcionalismo público; instituição de políticas públicas baseadas em metas de resultado, não em gastos (FOLHA DE S. PAULO, 2018). A partir dessas diretrizes, se tem acesso ao pensamento econômico liberal da *Folha de S. Paulo*, que propõe constantemente reformas como da previdência e tributária, como pautas emergenciais para um Estado mais justo, porém admitindo a necessidade de políticas públicas efetivas para contenção das desigualdades.

Outro veículo de grande alcance no país analisado na presente pesquisa é a *Carta Capital*, revista de posicionamento assumidamente progressista que se classifica em seu manifesto como a “principal mídia de oposição do país” (CARTA CAPITAL, 2019), fator que se evidencia mediante uma breve análise de seu editorial. Em um artigo de novembro de 2017, período em que as críticas ao governo petistas se intensificavam na grande mídia e a sociedade brasileira passava por um intenso processo de polarização política entre o posicionamento de esquerda e direita (PODER 360, 2019), o veículo *Carta Capital* conseguiu manter seu posicionamento progressista, com apontamentos aos estudos contidos no *World Wealth and Income Database* sobre o aumento da desigualdade no país durante os governos do PT. Segundo a revista os antigos métodos de se medir a desigualdade não devem ser descartados com a elaboração de uma nova metodologia. Ainda assim o grupo editorial da *Carta Capital* não nega que a desigualdade, mesmo nos governos do PT, se manteve em um nível demasiado acentuado; segundo a revista:

A inclusão social não veio, porém, acompanhada por mudanças estruturais necessárias para manter e aprofundar esses progressos, como a reforma tributária. Dessa forma, a crítica honesta a fazer aos governos petistas é a rapidez com que abandonaram o projeto de reforma

tributária voltado para a justiça social. Assim, os esforços no vetor do gasto público foram limitados pela manutenção do caráter regressivo dos tributos (CARTA CAPITAL, 2017).

Além dos aspectos econômicos o grupo editorial da *Carta Capital* considera as questões sociais ligadas à manutenção da desigualdade no país, tais como:

Os progressos recentes não apagaram as marcas profundas da crônica desigualdade brasileira, que tem raízes históricas herdadas do passado escravocrata, do caráter específico do capitalismo tardio, da curta experiência democrática do século XX e do acelerado processo de urbanização, na ausência da reforma agrária e de políticas urbanas e sociais. O Brasil ainda não enfrentou as desigualdades históricas e teve um curto ciclo de tentativa de minorar as desigualdades do Século XX (CARTA CAPITAL, 2017).

A publicação expõe estudos que apontam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. Depois de apresentar os dados econômicos que sustentam a matéria, o artigo evidencia a desigualdade presente no país em comparação ao Uruguai e Reino Unido:

[...] as mulheres terão equiparação de renda com homens somente em 2047 e os negros ganharão o mesmo que brancos somente em 2089, mantida a tendência dos últimos 20 anos. Pelo ritmo atual, o Brasil vai demorar 35 anos para alcançar o atual nível de desigualdade de renda do Uruguai e 75 anos para chegarmos ao patamar atual do Reino Unido, se mantivermos o ritmo médio de redução anual de desigualdades de renda observado desde 1988 (CARTA CAPITAL, 2017).

Carta Capital aborda os aspectos da desigualdade social sob um viés heterodoxo, que expõe dados econômicos confiáveis a seu leitor, mas

sem deixar de lado os aspectos sociais ao priorizar os temas associados à desigualdade social, de renda e do capital.

A análise sobre o posicionamento da imprensa brasileira em relação às questões da desigualdade da renda e do capital, e também de economistas a ela associados, possibilita sintetizar os posicionamentos detectados na investigação. Notou-se o predomínio de posições relacionadas à denúncia das questões pertinentes à desigualdade, com a utilização de dados econômicos para expor as consequências sociais e econômicas. As matérias possuem embasamento em estudos e pesquisas de metodologias reconhecidas academicamente, como no caso dos estudos da *World Wealth and Income Database*, dirigidos pelo francês Thomas Piketty (1971), que trouxeram ao Brasil e ao mundo um novo olhar sobre as desigualdades. Os estudos de Piketty renderam uma obra mundialmente conhecida, *O Capital do Século XXI*, publicada em 2013 na França.

Com a polarização política que se iniciou com as primeiras manifestações de junho de 2013 no Brasil, observa-se uma mudança no comportamento da imprensa que passa a expor de maneira mais intensa desigualdade econômica e social e a fazer duras críticas aos governos do PT. Nesse contexto, as pesquisas dirigidas por Piketty na França foram um instrumento utilizado na imprensa e por economistas para a fundamentação das avaliações a todo o período de governo do PT, apontando que os programas assistenciais criados ou mantidos não foram suficientes para combater a desigualdade no país, o que implicava atribuir contradições aos discursos do governo petista em relação à realidade do país.

Observa-se que a abordagem das desigualdades no país se dá de maneira mais massiva pela imprensa nacional a partir de 2015, quando as contribuições de Piketty adquiriram destaque no Brasil entre leitores leigos, acadêmicos e economistas. A partir daí é difícil encontrar um artigo jornalístico da grande mídia nacional que não faça citação a Piketty e seus estudos. Contudo, a abordagem da imprensa nacional sobre a desigualdade não se faz de maneira singular, pois é heterogênea. A partir dos estudos de Piketty ocorre uma intensificação da apresentação

de propostas, apontamentos e críticas que seguem a própria linha editorial de cada veículo investigado, segundo seu posicionamento ideológico e econômico de cada uma das publicações pesquisadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento dos artigos jornalísticos a respeito da desigualdade no país, percebe-se que as publicações se posicionam quanto ao tema de maneira a seguir seu próprio viés político-econômico. Ainda assim, é comum encontrar semelhanças entre esses posicionamentos, principalmente entre as publicações de maior circulação no país como a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Além disso, evidencia-se que os principais veículos da imprensa brasileira sofrem impacto do cenário político do país quanto à ênfase que se dá à abordagem da desigualdade no país.

Tanto a *Folha de S. Paulo* quanto *O Estado de S. Paulo* abordam em algum momento os estudos levantados por Thomas Piketty, e em consonância à sua própria linha editorial fizeram duras críticas ao governo petista, classificando a desigualdade como um dos maiores problemas da nossa sociedade e apontando soluções muito semelhantes para a resolução do problema, como por exemplo a reforma tributária e a manutenção do programa Bolsa Família por um período limitado, possuindo metas e objetivos explícitos.

Da mesma forma que se encontram veículos que se posicionam de maneira semelhante sobre a desigualdade no país, constatou-se a existência de divergências, como no caso da revista e jornal digital *Carta Capital*, que possui grande alcance no país, e não segue a linha editorial da maioria dos jornais analisados. No período em que o tema “Desigualdade Social” estava em evidência com os estudos de Piketty, *Carta Capital* apontou que as metodologias utilizadas anteriormente, que mostravam os benefícios que os menos privilegiados tiveram durante o governo petista, não podiam ser descartadas e deveriam ser considerados ainda instrumentos de análise válidos como fundamento para evidenciar os benefícios que o governo petista trouxe à camada mais vulnerável

da sociedade. *Carta Capital* distanciou-se do posicionamento das demais publicações avaliadas para o período.

Com isso pode-se definir como a imprensa brasileira posiciona-se em relação à desigualdade de renda e suas consequências sociais e econômicas, com propostas predominantemente liberais. Essas propostas consideramos aspectos sociais pertinentes ao tema, que no geral não condenam políticas consideradas assistencialistas, mas defendem que devem estar ligadas a outras políticas quanto ao alcance de efetividade econômica, especialmente quanto à redução da participação do Estado na economia e sem propostas significativas quanto a tributação da renda e da propriedade da elite econômica nacional.

5 AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a partir do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, pelo apoio para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BARONE, R. S.; BASTOS, P. P. Z.; MATTOS, F. A. M. de. Capital humano ou capitalismo selvagem? um balanço da controvérsia sobre distribuição de renda durante o “milagre” brasileiro. **Rev. econ. contemp.** v. 21, n. 3, e172132, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482017000300203&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 Abr. 2020. Epub Apr 05, 2018. <https://doi.org/10.1590/198055272132>.
- BELLO, A. Origem, causas e consequências da polarização política, explica André Bello. **Poder 360**, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaogoverno/origem-causas-e-consequencias-da-polarizacao-politica-explica-andre-bello/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRESSER–PEREIRA, L. C. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 68, 2008.

CONCENTRAÇÃO de renda é maior do que se imaginava. **Carta Capital**, São Paulo, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/brasil-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração regional no Brasil (1930–1970)**. São Paulo: UNESP, 2007.

COM CRESCIMENTO digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crecimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CONCERTO da máquina. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/07/concerto-da-maquina.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2020.

DELFIN NETTO, A. A hora é agora. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2017.

DELFIN NETTO, A. Chantili. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antioniodelfim/2018/08/chantili.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DELFIN NETTO, A. O problema distributivo. **Folha de S. Paulo**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antioniodelfim/2019/11/o-problema-distributivo.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2019.

DESIGUALDADE e Fake News. **Carta Capital**, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/desigualdade-e-fake-news/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

FALACIA Petista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2017. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,falacia-petista,70002001145>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GOIS, A. Fabricando desigualdade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 maio. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/fabricando-desigualdade-12380168>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GOMES DE SOUZA, H. Efeitos do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza no Brasil. **Econ. soc. territ**, Toluca, v. 19, n. 60, p. 25–45, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212019000200025&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.22136/est20191312>.

GRUPO Estado: Código de Conduta e Ética. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/codigo-etica/codigo-de-etica.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

GRUPO dos 10% mais ricos concentra 40,5% da renda no país, aponta IBGE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 dez. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1837792-grupo-dos-10-mais-ricos-concentra-405-da-renda-no-pais-aponta-ibge.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MANIFESTO. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/04/midia-kit2019.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

O QUE A FOLHA pensa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-que-a-folha-pensa.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XIX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. da. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Pau–

lo, v. 22, e202004, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292020000100402&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 Abr. 2020. Epub Feb 21, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202004>.

POCHMANN, M. **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, M. Entrevista à TV FOLHA. 2018 (32m22s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G6JW-sTQ1-l>. Acesso em: 03 jan. 2020.

POCHMANN, M.; FELDMANN, P. Quando não se quer combater privilégios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/quando-nao-se-quer-combater-privilegios.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2019.

POCHMANN, M.; FELDMANN, P. Tréplica: Debater com economistas neoliberais é perda de tempo? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/treplica-debater-com-economistas-neoliberais-e-perda-de-tempo.shtml>. Acesso em: 17 dez. 2019.

RODOLFO, B. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El País**, São Paulo, 14 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html. Acesso em: 12 dez. 2019.

RUFFATO, L. O Brasil é para poucos. **El País**, São Paulo, 20 maio. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/20/opinion/1432123337_343909.html. Acesso em: 18 jan. 2020.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012.

SEIS brasileiros têm a mesma riqueza que os 100

milhões mais pobres. **Carta Capital**, 25 set. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/seis-brasileiros-tem-a-mesma-riqueza-que-os-100-milhoes-mais-pobres/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

UM PAÍS desigual. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. A3, 13 dez. 2016.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Industrialização e desenvolvimento regional: política do CODIVAP no Vale do Paraíba na década de 1970. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, p. 161-181, 2012.

Recebido em: 26/03/2020

Aceito em: 24/04/2020